

# Relatório Sumarizado de Ações da SESu



Secretaria de Educação  
Superior

Ministério da  
Educação



# SUMÁRIO

AÇÕES DE ACESSO E PERMANÊNCIA	4
Sistema de Seleção Unificada (SISU)	4
Programa Universidade para Todos (ProUni)	5
Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)	6
Programa de Bolsa Permanência (PBP)	7
Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)	8
Programa de Educação Tutorial (PET)	9
AÇÕES PARA AS UNIVERSIDADES	10
Liberação de Código de Vagas Docentes - IFES	10
PL visando alteração da LC 173	11
Portarias para Técnicos Administrativos	11
AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	12
Ação 219V - Apoio ao Funcionamento das IFES	12
Ação 15R3 - Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das IFES	12
AÇÕES PARA ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS	14
Suspensão de parceria do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)	14
Renegociação de Dívidas no Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)	14
Protocolo de Biossegurança	15
Portal de Monitoramento das IFES	15
Alunos Conectados	16
Colação de Grau Antecipada	16
Orçamento destinado ao Enfrentamento da Pandemia da Covid-19 em 2020	17
Apoio às IFES sem Hospital Universitário	17
Orçamento destinado em 2021	18
AÇÕES DOS PROGRAMAS DA SESU	19
Programa Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G)	19
Política Nacional de Revalidação e Reconhecimento de Diplomas Estrangeiros	20
Credenciamento de Novas Unidades EMBRAPII	21
AÇÕES DOS PROGRAMAS EM SAÚDE DA SESU	22
Comissão de Acompanhamento e Monitoramento de Escolas Médicas (CAMEM)	22
Supervisão do Programa Mais Médicos pelo Brasil	23
Programas de Residência Médica e Residência Multiprofissional em Saúde	24
AÇÕES DE LANÇAMENTO PREVISTAS PARA 2021	25

Ações previstas para o Primeiro Semestre de 2021	25
Ações previstas para o Segundo Semestre de 2021	26

# AÇÕES DE ACESSO E PERMANÊNCIA

## Sistema de Seleção Unificada (SISU)

O SISU é o programa do MEC, no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Foram **4.272.834 inscritos** nos dois processos seletivos do programa, que ocorreram no primeiro e segundo semestre de 2020. Em 2020/1, o SISU computou **3.458.358 inscrições** que concorreram a pouco mais de 237 mil vagas. Já, no processo seletivo 2020/2, **814.476 inscrições** concorreram a quase 52 mil vagas na educação superior das IES públicas. Cabe ressaltar que do total de vagas ofertadas, isto é, 289.052 vagas, pelo menos 124 mil vagas foram reservadas pela Lei de Cotas do Governo Federal. A **Figura 1** revela o cenário do Programa de Seleção em 2020.



Figura 1 Dados do SISU, em 2020.

Fonte: MEC, 2021.

## Programa Universidade para Todos (ProUni)

O Programa Universidade para Todos (ProUni) do MEC é o programa que oferece bolsas de estudo, integrais e parciais (50%), em instituições de educação superior não gratuitas. Em 2020, o ProUni teve mais de **2 milhões de inscritos** em suas duas edições, isto é, 2020/1 e 2020/2 para as suas 417 mil bolsas ofertadas. O consolidado de 2020 mostra que **no primeiro semestre 168.210 bolsas foram ocupadas**, sendo que 81.245 bolsas são integrais e **no segundo semestre foram 103.537 bolsas ocupadas**, em que 45.537 bolsas são integrais. O programa alcançou o valor total de 41,1 milhões de reais, em bolsas pagas aos estudantes, no ano passado. Os principais dados são apresentados na **Figura 2**.



Figura 2 Dados do PROUNI, em 2020.

Fonte: MEC, 2021.

## Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é o programa do MEC que objetiva conceder financiamento a estudantes em cursos superiores de IES não gratuitas aderentes ao programa. No processo seletivo de 2020/1, **269.220 candidatos** se inscreveram para concorrer à **70.000 vagas**, em 1.346 IES. No processo seletivo de 2020/2, **107.891 candidatos** se inscreveram para concorrer a **30.000 vagas**, em 1.336 IES. As todo, em 2020, o **FIES teve 52.871 financiamentos formalizados**, sendo 31.158 em 2020/1 e 21.713 em 2020/2. O detalhamento pode ser analisado na **Figura 3**.



Figura 3 Dados do FIES, em 2020.

Fonte: MEC, 2021.

## Programa de Bolsa Permanência (PBP)

O Programa de Bolsa Permanência é um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas (PBP-IFES). O programa apresenta, ainda, uma política pública voltada a concessão de auxílio financeiro aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em cursos de graduação em instituições de ensino privado (PBP-PROUNI). No total, em 2020, foram concedidas bolsas à **26.736 estudantes**, sendo que **16.319 é o acumulado das bolsas pelo PBP nas IFES Públicas**, que inclui os indígenas, quilombolas e estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. E, **10.417 estudantes atendidos pelo programa PBP aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica das instituições de ensino privado**, conforme o detalhado na Figura 4.



Figura 4 Dados do PBP, em 2020.

Fonte: MEC, 2021.

## Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é o programa destinado a democratizar o acesso e permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial, das instituições federais de ensino superior, com o objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e a redução das taxas de evasão e retenção. **Em 2020, foi alocado R\$ 1,02 bilhão para execução das ações do programa.** Conforme apontado na Figura 5, os investimentos e a manutenção do Programa, no período da pandemia, foram fundamentais para garantir a permanência e o êxito dos estudantes em situação de vulnerabilidade nos cursos de graduação das universidades públicas.

### Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES

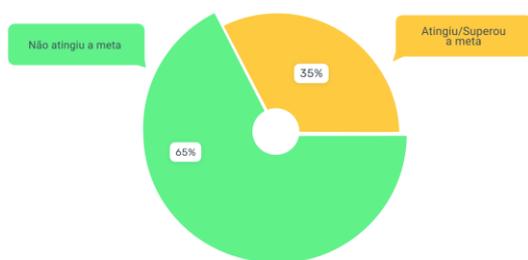
#### RESULTADOS

META FÍSICA: QUANTIDADE DE ESTUDANTES ASSISTIDOS			
PREVISÃO INICIAL LOA/2020 (a)	PREVISÃO AJUSTADA (b)	REALIZADO (c)	% (c/b)
466.746	415.797	360.138	86,6%

Fonte: Universidades Federais

O gráfico a seguir, demonstra o percentual de Instituições Federais de Ensino Superior - IFES que atingiram ou não a meta física reprogramada.

#### SITUAÇÃO META FÍSICA



META ORÇAMENTÁRIA		
DOTAÇÃO FINAL	LIQUIDADADO	%
1.024.909.252	800.477.517	78,1%

Fonte: SIOP

Nota: foram considerados os Planos Orçamentários: 0000 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior; 0002 - Assistência ao Estudante; 0003 - Auxílio Financeiro de Assistência Estudantil CV19 - Coronavírus; Regra de Ouro R000 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior - Despesas Diversas; R001 - Regra de Ouro; R003 - PNAES - Decreto nº 7.234/2010 - Auxílio Financeiro a Estudante

#### PRINCIPAIS APONTAMENTOS:

Em **43** instituições, que representa **63,2%** do total, houve relatos de que a manutenção dos auxílios foram primordiais para garantir a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade;

Em **28** instituições, que representa **41,2%** do total, houve relatos de que a manutenção dos auxílios contribuiu para o êxito acadêmico;

Em **51** instituições, que representa **75%** do total, houve relatos de que houve fortalecimento da Inclusão Digital para garantir acesso a internet e compra de equipamentos para as atividades remotas;

Em **10** instituições, que representa **14,7%** do total, houve relatos de redução no atendimento devido a suspensão de atividades presenciais;

O momento de pandemia foi relatado como o principal fator dificultador do atingimento da meta em quase a totalidade das instituições.

Figura 5 Dados do PNAES, em 2020.

Fonte: MEC, 2021

## Programa de Educação Tutorial (PET)

O Programa Educação Tutorial (PET) destina-se a fomentar grupos de aprendizagem tutorial mediante a concessão de bolsas de iniciação científica a estudantes de graduação e bolsas de tutoria a professores-tutores. Em 2020, o Programa concedeu 118.037 bolsas a alunos e professores da educação superior. Em síntese, foram 9.666 bolsas de tutoria concedidas aos professores membros dos grupos PET e 108.371 bolsas concedidas aos estudantes de graduação. Os dados são apresentados na **Figura 6**.



Figura 6 Dados do PET, em 2020.

Fonte: MEC, 2021

# AÇÕES PARA AS UNIVERSIDADES

## Liberação de Código de Vagas Docentes - IFES

No interesse de uma gestão efetiva no banco de professor equivalente, e na busca de alternativas para cumprir as pactuações realizadas entre IFES e MEC, assim como, atender demandas prementes, afim de evitar a não oferta de disciplinas por falta de docente, foi encaminhado às Instituições Federais de Ensino Superior, o OFÍCIO-CIRCULAR Nº 2/2021/CGGE/DIFES/SESU/SESU-MEC, com o objetivo de promover uma reorganização do Banco de Professor Equivalente. Dessa forma, as IFES que possuem saldo no banco repassam parte de seu banco para outras IFES e recebe código de vaga do MEC para provimento dentro do saldo existente na própria IFES, ou seja, sem alteração no limite de banco de professor equivalente autorizado pelo Ministério da Economia (**Quadro 1**).

Portarias	Professor Magistério Superior	Professor EBTT	Recolhimento de EBTT
Portaria nº 411, 11 de maio de 2016	45	-	-
Portaria nº 412, 11 de maio de 2016	-	8	-
Portaria nº 863, 14 de jul. de 2017	103	1	-
Portaria nº 719, 6 de jun. de 2017	87	2	-
Portaria nº 504, 28 de maio de 2018	91	2	-
Portaria nº 554, 12 de jun. de 2018	18	-	-
Portaria nº 745, 3 de ago. de 2018	9	2	-
Portaria nº 920, 4 de nov. de 2020	87	-	182
<b>Em elaboração para 2021</b>	<b>770</b>	<b>-</b>	<b>16</b>
<b>Total</b>	<b>1.210</b>	<b>15</b>	<b>198</b>

**Quadro 1** Portarias de Liberação de Docentes.

Fonte: MEC, 2021.

Importante destacar que, entre os anos de 2016 a 2018, foram liberados 353 cargos de docentes do magistério superior e 15 professores do EBTT. Em 2020, houve uma liberação de 87 cargos de docentes oriundos de vacâncias, repassadas pela SETEC, e o recolhimento de 182 docentes EBTT, que estavam alocados nas instituições que não possuíam sua estrutura escola técnica ou colégio de aplicação. Para o ano de 2021, está em fase de elaboração/publicação a liberação de 770 vagas de docentes e o recolhimento de 16 docentes EBTT, que estavam alocados nas instituições que não possuíam sua estrutura escola técnica ou colégio de aplicação.

## PL visando alteração da LC 173

Diante da situação de entrave para nomeação dos dirigentes e autorização de concursos para cargos efetivos das IFES criadas em 2018 e 2019, este ministério encaminhou proposta de alteração da LC 173/2020, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 52/2020/CGGE/DIFES/SESU/SESU, sugerindo que fosse alterado pontualmente o art. 8º, com vistas de inclusão de parágrafo para excetuar as universidades criadas em 2018 e 2019 do disposto nos Inciso IV e V. A partir da presente proposta, foi elaborado e aprovado no Congresso Nacional o PL 266, faltando apreciação por parte da presidência da república. Vale destacar a SESU se manifestou favoravelmente, mediante NOTA TÉCNICA Nº 28/2021/CGGE/DIFES/SESU/SESU a sanção do presente PL.

## Portarias para Técnicos Administrativos

O Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos (QRSTA) das Universidades Federais, instituído pelo Decreto nº 7.232, de 19/07/2010, dotou as Instituições de um instrumento de gestão que lhes possibilita a reposição de suas vacâncias, por meio de concursos públicos, sem a necessidade de autorização do Ministério da Economia, para os cargos efetivos dos Níveis de Classificação “C”, “D” e “E”, previstos no Plano de Carreiras dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino – PCCTAE. Na gestão do QRSTA, cada Instituição, com base nos estudos da sua força de trabalho e no seu dimensionamento de pessoal, pode optar pela troca de um cargo vago por outro de mesmo nível de classificação, que melhor irá atender as suas demandas e especificidades, bastando, para tanto, encaminhá-las diretamente para o MEC, ou propor a troca com outra Universidade. Em ambos os casos, haverá a interveniência do MEC, que tem a responsabilidade de elaborar a Portaria a ser assinada pelo Ministro, bem como tomar as providências necessárias para sua publicação. Veja **Quadro 2**.

Portarias de troca	Repassadas/liberadas para IFES	Recolhidas para o MEC
Portaria nº 999, de 24 de nov. de 2020	214	220
Portaria nº 21, de 19 de jan. de 2021	157	141
Em fase de Elaboração/Publicação	275	195
<b>Total</b>	<b>644</b>	<b>557</b>

**Quadro 2** Portarias de Trocas de Cargos.

Fonte: MEC, 2021.

# AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

## Ação 219V - Apoio ao Funcionamento das IFES

### Destinação

- Descentralizações IFES sem HU: 28.901.112,41 (44 TEDs)
  - Demais descentralizações: 27.170.883,86
1. Incremento 2020 Hospitais Veterinários Universitários: aprox. 200 milhões.
  2. Reformas emergenciais: aprox. 5 milhões.
  3. Projetos SESu (Painel Big Data Analytics; Painel COVID; Evasão; Mestrados e Doutorados; Mapeamento de Processos; Planejamento Estratégico; Custos): aprox. 7,3 milhões.
  4. Outros (apoio manutenção, infraestrutura): aprox. 12 milhões.
- Observações:
- Remanejamento 15 milhões para Polos EMBRAPPII.  
Remanejamento 20 milhões para RNP (Alunos Conectados).  
Bloqueio SOF: aprox. 21 milhões.

Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Destaque concedido	Despesas Empenhadas	% Execução (empenhado X Dotação Atualizada)
111.791.899,00	56.074.062,00	56.071.996,27	55.969.662,37	99,81%

Tabela 1 Ação Orçamentária 219V.

Fonte: MEC, 2021.

## Ação 15R3 - Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das IFES

### Destinação

1. Acessibilidade: aprox. R\$10 milhões e 7 IFES atendidas.
2. Combate a incêndio e pânico: aprox. R\$ 9 milhões e 6 IFES atendidas.
3. Equipamentos de TIC: aprox. R\$ 21 milhões e 13 IFES atendidas.
4. Vigilância monitorada: aprox. R\$ 2 milhões e 1 IFES atendidas.
5. Obras em andamento e obras paralisadas com potencial de retomada imediata: R\$130 milhões e 33 IFES atendidas.
6. Energia fotovoltaica: aprox. R\$ 39 milhões e 31 IFES atendidas.

- Observações:

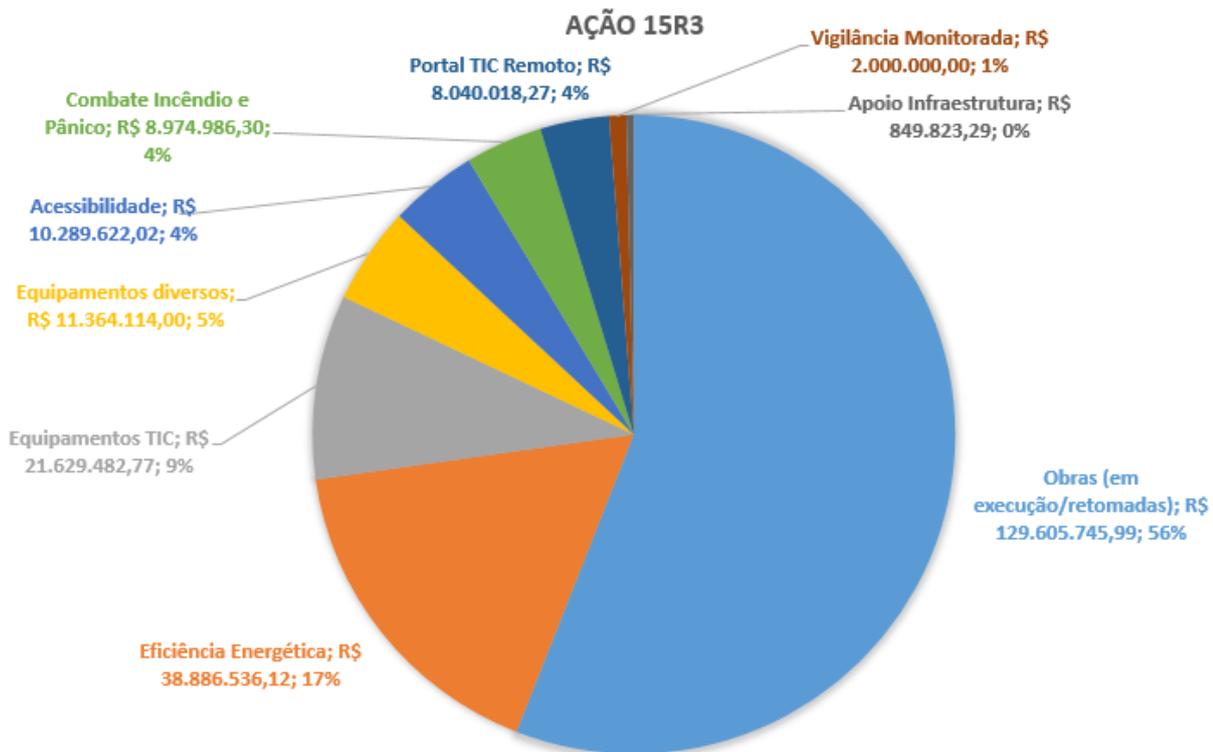
- Houve Crédito Adicional de R\$ 37.130.994,00 suplementados na última janela orçamentária
- O valor e IFES no eixo “Eficiência Energética” já contempla os créditos adicionais do final do ano de 2020 (R\$37 milhões). Foram aprox. R\$10 milhões e 9 IFES atendidas na “primeira etapa” e R\$ 27 milhões e 30 IFES atendidas na “segunda etapa-adicional”.

Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Destaque concedido	Despesas Empenhadas	% Execução (empenhado X Dotação Atualizada)
194.665.654,00	231.796.648,00	231.673.196,76	231.673.196,76	99,95%

**Tabela 2** Ação Orçamentária 15R3.

Fonte: MEC, 2021.

Resumo execução 15R3



**Gráfico 1** Execução da Ação 15R3.

Fonte: MEC, 2021.

# AÇÕES PARA ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS

## **Suspensão de parcela do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)**

Em 2020, como resposta direta aos impactos da pandemia na educação superior brasileira, o MEC permitiu a suspensão das parcelas do Fies até 31 de dezembro. A suspensão foi válida para os pagamentos em fase de utilização, carência ou amortização. Isso significa que todo estudante que estava em dia com as prestações do financiamento até o dia 20 de março de 2020 e àqueles que estavam com parcelas em atraso por até 180 dias estavam aptos a solicitar a suspensão dos pagamentos. Dessa forma, a medida adotada favoreceu 277.791 beneficiários do Fies em situação de vulnerabilidade socioeconômica que solicitaram a suspensão do pagamento das parcelas do financiamento estudantil entre os meses de junho e dezembro de 2020.

**“A medida adotada favoreceu cerca de 278 mil beneficiários do Fies em situação de vulnerabilidade socioeconômica.”**

## **Renegociação de Dívidas no Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)**

Outra ação do MEC, no contexto do Fies para conter os impactos econômicos aos mais vulneráveis, foi o Programa Especial de Regularização do Fundo de Financiamento Estudantil que possibilitou a renegociação de débitos dos contratos do Fies, firmados até o segundo semestre de 2017, vencidos e não quitados até o dia 10 de julho de 2020. Os interessados tiveram até entre dezembro de 2020 a janeiro de 2021 para solicitar a renegociação de débitos do FIES com descontos que variou de 40% a 100% nos encargos moratórios. Assim, como resultado dessa medida, 39.323 pessoas que aderiram ao Programa Especial de Regularização do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), foram beneficiadas com o parcelamento de suas dívidas, com a retirada da situação de inadimplência e consequentemente, com a regularização de suas situações junto aos cadastros devedores, minimizando, assim, o impacto econômico da pandemia para eles.

**“As 39 mil pessoas que aderiram ao Programa Especial de Regularização do Fies foram beneficiadas com o parcelamento das dívidas e com a regularização junto aos cadastros devedores.”**

## Protocolo de Biossegurança

O MEC visando orientar às Instituições Federais de Ensino Superior quanto ao retorno seguro das atividades presenciais, elaborou o Protocolo de Biossegurança. O protocolo foi elaborado por uma equipe multidisciplinar composta por médicos, biomédicos, biólogos, sanitaristas, entre outros, e faz recomendações importantes à comunidade acadêmica e às instituições de ensino superior quanto as medidas de proteção. Vale lembrar que o protocolo tem caráter recomendatório e a viabilidade para a retomada segura das atividades presenciais está no âmbito de decisão de cada instituição.

**“O Protocolo de Biossegurança tem caráter recomendatório e a viabilidade para a retomada segura das atividades presenciais está no âmbito de decisão de cada instituição.”**

## Portal de Monitoramento das IFES

O MEC desenvolveu Portal de Monitoramento das Instituições de Ensino da Rede Federal, em tempo real. O objetivo principal do portal é monitorar a situação de funcionamento das Universidades Federais para apoiar ações de enfrentamento nas 69 Universidades Federais e acompanhar o quantitativo de profissionais da saúde que tiveram sua colação de grau antecipada. Por meio do portal foi possível consolidar mais de 1600 ações, entre elas a “produção de álcool em gel, glicerinado e/ou álcool 70%”, a “fabricação de equipamentos de proteção individual (EPI’s) com impressora 3D” e a oferta de “serviços de aconselhamento e/ou apoio psicológico” realizadas no âmbito das IFES, que atenderam cerca de 25 milhões de pessoas em todo o país. Essas e outras ações ficam disponíveis no Portal de Monitoramento das IFES (<http://portal.mec.gov.br/coronavirus/>).

**“Por meio do Portal foi possível monitorar e apoiar as mais de 1600 ações nas IFES que beneficiaram cerca de 25 milhões de pessoas em todo o Brasil.”**

## Alunos Conectados

O MEC lançou, em 2020, o Projeto para Conectividade dos Alunos em Situação de Vulnerabilidade na Educação Superior, o Alunos Conectados. O objetivo do projeto é disponibilizar internet a estudantes de baixa renda matriculados em universidades federais. Em 2020, foram desembolsados para Educação Superior um valor total de R\$ 18 milhões. Destaca-se que o projeto, inicialmente, foi desenvolvido em caráter emergencial, como resposta imediata à Covid-19, que demandava a necessidade de conectividade por seis meses. Frente aos impactos da pandemia e observando as medidas de saúde pública no Brasil e no mundo, o MEC dará continuidade ao projeto, enquanto necessário, para que os alunos possam ter acesso aos conteúdos educacionais online oferecidos pelas instituições e deem continuidade às suas atividades acadêmicas de forma remota. Até o momento, 74.229 chips entregues pelo MEC aos estudantes em situação de vulnerabilidade solicitados pelas universidades federais.

**“Foram entregues cerca de 75 mil chips aos estudantes das Universidades Federais em situação de vulnerabilidade socioeconômica.”**

## Colação de Grau Antecipada

No tocante à formação de profissionais da área de saúde, o Ministério da Educação autorizou a formatura de alunos dos cursos de medicina, enfermagem, farmácia e fisioterapia, exclusivamente para atuação desses profissionais nas ações de combate à pandemia do novo coronavírus. A Portaria nº 383/2020, publicada no Diário Oficial da União em 9 de abril de 2020, estabeleceu que, para antecipar a colação de grau, os alunos precisavam ter cumprido 75% da carga horária prevista para o período de internato médico ou estágio supervisionado. Até o momento, 5.535 médicos, 1.289 enfermeiros, 516 fisioterapeutas e 409 farmacêuticos foram contemplados pela iniciativa.

**“Até o momento, 5.535 médicos, 1.289 enfermeiros, 516 fisioterapeutas e 409 farmacêuticos foram contemplados pela iniciativa.”**

## Orçamento destinado ao Enfrentamento da Pandemia da Covid-19 em 2020

### Destinação

- 43 Universidades Federais receberam recursos via TED;
- Houve análise e priorização de ações observada, principalmente, a capacidade de execução das IFES; a demanda em si e iniciativas alinhadas às ações de prevenção, preparação e assistência à população, bem como outras despesas necessárias para o enfrentamento do coronavírus alinhadas ao tripé ensino, pesquisa e extensão.
- Complexo Hospitalar e de Saúde da UFRJ: R\$43.461.017,00
- Hospital das Clínicas de Porto Alegre: R\$57.000.000
- IFES: R\$146.596.082,00 (sendo 13.300.000,00 para UNIFESP)

Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Destaque concedido	Despesas Empenhadas	% Execução (empenhado X Dotação Atualizada)
60.000.000,00	-	59.951.477,23	59.931.389,10	99,89%

Tabela 3 Ação Orçamentária 21C0.

Fonte: MEC, 2021.

### Apoio às IFES sem Hospital Universitário

Destinação Repasse de recursos financeiros, como suporte aos cursos de graduação em medicina nas Universidades Federais que não possuem hospitais próprios, a fim de permitir que fossem feitas aquisições de materiais necessários, pactuações e convênios com hospitais privados, municipais, estaduais e filantrópicos para permitir que os estudantes tenham cenário de prática. Foram contempladas 40 Universidades Federais e 44 cursos de medicina, sendo que a maioria dos cursos são novos, autorizados na Política de Expansão de Escolas Médicas.



Figura 7 Recursos para IFES sem HU.

Fonte: MEC, 2021.

## Orçamento destinado em 2021

### Destinação

- Foi realizado novo levantamento de necessidades da rede de IFES para oferecimento de condutas de suporte e enfrentamento da pandemia.
- Foi expedido Ofício-Circular nº 6/2021/CGPO/DIFES/SESU/SESU-MEC para levantamento de condutas de suporte nas IFES, para enfrentamento da COVID-19 – Etapa 2021.
- Após respostas foram expedidas NT 12,16 e 18/2021/CGPO/DIFES/SESU/SESU-MEC.

### Prioridades levantadas para 2021 (COVID-19):

1. Recursos indicados para apoio à Residência em Saúde e bonificação do Programa Brasil Conta Comigo (**R\$ 147.855.253,92 00P1 + R\$ 116.299.001,61 Bonificação**).
2. Recursos indicados para Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal de São Paulo (Hospital São Paulo).
  - a. HU UFRJ: **R\$ 44.803.573,95**
  - b. UNIFESP: **R\$19.212.000,00**
3. Recursos para universidades federais (**TOTAL R\$ 234.685.226,34** custeio e capital e os dois HU acima).

# AÇÕES DOS PROGRAMAS DA SESU

## Programa Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G)

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G destina-se à formação e qualificação de estudantes estrangeiros por meio de oferta de vagas gratuitas em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior - IES brasileiras. Em 2020, a SESu/MEC trabalhou, ainda, para a expansão da oferta de vagas em cursos de Português como Língua Estrangeira preparatórios para o CELPE-Bras (Exame de proficiência em língua portuguesa), de 259 vagas em 12 IES, em 2019, para 412 vagas em 24 IES, em 2020. Hoje, o PEC-G conta com 1.794 estudantes ativos, distribuídos nas cinco regiões do país, conforme o Gráfico 2 apresenta.

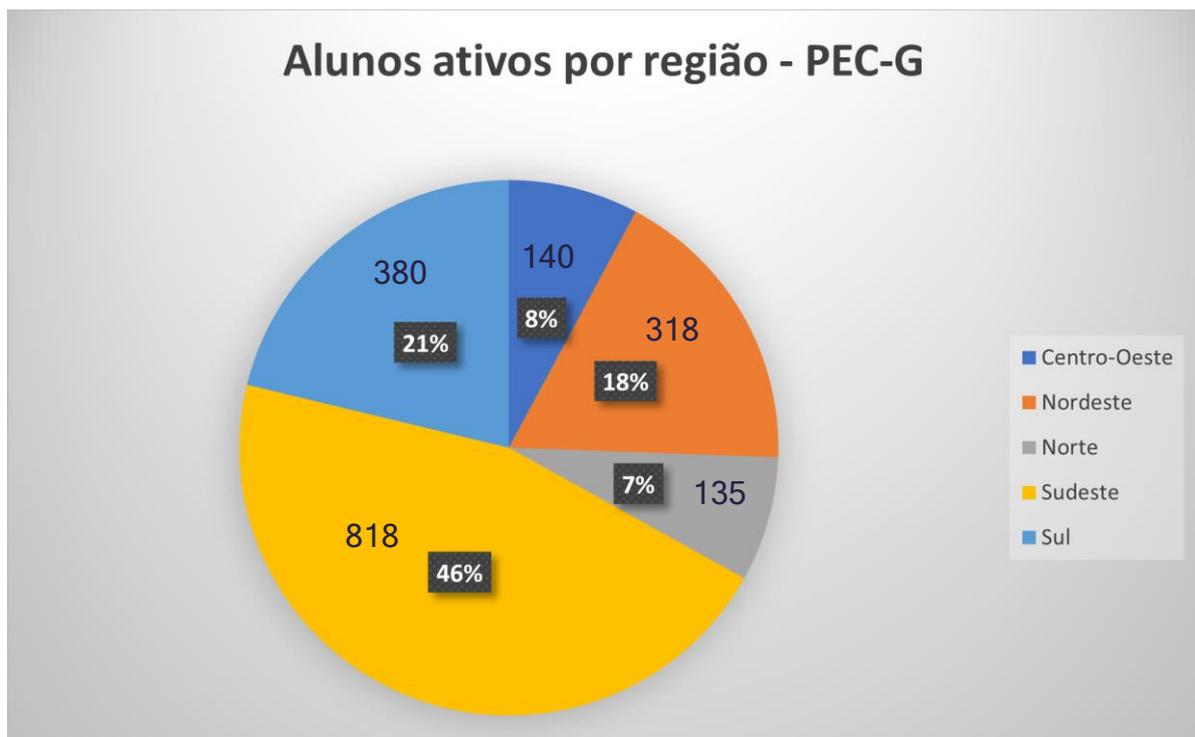


Gráfico 2 Alunos do PEC-G por região.  
Fonte: MEC, 2021.

## Política Nacional de Revalidação e Reconhecimento de Diplomas Estrangeiros

Com o objetivo de implementar a Política Nacional de Revalidação e Reconhecimento de Diplomas Estrangeiros no Brasil, A SESu/MEC implantou o Portal e a Plataforma Carolina Bori – para revalidação e reconhecimento de títulos e diplomas estrangeiros no Brasil, de forma a contribuir para a agilidade, transparência, coerência e previsibilidade dos processos. Em 2020, 172 instituições aderiram à Plataforma Carolina Bori. Dessas, 102 instituições aderiram ao reconhecimento de títulos e 70 instituições à revalidação de diplomas. Apenas em 2020, 858 processos foram homologados, sendo 214 de graduação, 326 de mestrado e 318 de doutorado; 3.089 solicitações aguardam em fila, sendo 2.369 para graduação, 603 para mestrado e 117 para doutorado. Atualmente existem cerca de 10.000 vagas disponibilizadas pelas instituições aderentes a Plataforma para revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros.



Figura 8 Dados da Plataforma Carolina Bori.

Fonte: MEC,2021.

## Credenciamento de Novas Unidades EMBRAPII

As ações da EMBRAPII ocorrem por meio de unidades de pesquisa e inovação para atender as demandas industriais. As unidades credenciadas recebem recursos financeiros para prospectar e executar projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), em parceria com empresas industriais, em sua área de competência definida no ato de seu credenciamento. Antes de 2019 apenas 9% das universidades possuíam unidades EMBRAPII, em 2020 a meta de 33% foi atendida, isso significa que passamos de 6 para 17 autarquias credenciadas. Para 2021, pelo menos 4 novas unidades EMBRAPII serão credenciadas em novas Universidades que ainda não aderiram ao programa. Os grupos de pesquisadores das instituições têm disponível cerca de R\$ 30 milhões para investir em projetos de pesquisa com vistas a atender demandas do setor industrial. A seguir, veja um resumo dos investimentos e resultados das Unidades EMBRAPII, até 2020.



Figura 9 Investimentos e Resultados das Unidades Embrapii.

Fonte: MEC, 2021.

# AÇÕES DOS PROGRAMAS EM SAÚDE DA SESU

## **Comissão de Acompanhamento e Monitoramento de Escolas Médicas (CAMEM)**

Em 2020, a CAMEM recebeu contato do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES), para questionar sobre o seu papel na avaliação/regulação das escolas médicas. O contato foi produtivo, e existe uma proposta de integração das atividades da CAMEM ao Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), tendo em vista as atividades que a comissão já exerce, de acompanhamento e monitoramento, que possibilitam um acúmulo de conhecimentos sobre cada um dos cursos “novos” (pós lei 12.871). O entendimento foi de que o trabalho da CAMEM poderia ser uma valiosa contribuição para o sistema de avaliação e regulação do ensino superior (SINAES). A discussão deve prosseguir em 2021.

**“Foram realizados 284 monitoramentos em 2020, majoritariamente à distância. Um investimento de R\$ 1.550.000,00 para pagamento de bolsas aos integrantes e coordenação CAMEM.”**

## Supervisão do Programa Mais Médicos pelo Brasil

O papel do MEC no Programa Mais Médicos é principalmente o de coordenar a Supervisão acadêmica dos médicos participantes. O formato original da Supervisão Acadêmica era o de visitas presenciais, mensais, dos supervisores a cada um dos médicos participantes, em seu local de atuação. Excepcionalmente era prevista a realização de supervisões à distância (modo longitudinal ou remoto). Com a pandemia, desde março de 2020, as supervisões estão sendo realizadas totalmente no modo remoto, com a colaboração da RNP, que está sendo ampliada em 2021. O papel do tutor, profissional de perfil predominantemente acadêmico, sempre foi o de orientar e direcionar as atividades educativas, baseado nas necessidades detectadas pela supervisão, em cada região. Cada supervisor fica responsável por 10 médicos e cada tutor por 10 supervisores, em média. O programa de supervisão do Mais Médicos investiu cerca de pouco mais de R\$ 78 milhões (R\$ 78.446.000,00) em bolsas de supervisores e tutores no ano de 2020.



Figura 10 Supervisão do PMM.

Fonte: MEC, 2021.

## Programas de Residência Médica e Residência Multiprofissional em Saúde

A residência médica é uma modalidade de ensino de pós-graduação destinada a médicos, sob a forma de curso de especialização. A regulação e supervisão dos programas de Residência se dá por meio da Comissão Nacional de Residência Médica – CNRM, bem como o credenciamento e reconhecimentos de Instituições que ofertarão essas residências, sejam elas públicas ou privadas. As Residências Multiprofissionais em Área da Saúde é uma ação voltada para educação em serviço, orientadas pelos princípios e diretrizes do SUS, a partir das necessidades e realidades locais e regionais, abrangendo as diversas profissões da área da saúde: Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social, Terapia Ocupacional, Saúde Coletiva e Física Médica. Os resultados dos programas, em 2020, são descritos na Figura 11.



Figura 11 Resultados dos Programas de Residência em 2020.

Fonte: MEC, 2021.

# AÇÕES DE LANÇAMENTO PREVISTAS PARA 2021

Ações previstas para o **Primeiro** Semestre de 2021

	PROJETO	OBJETIVO
1	<b>Novas Unidades EMBRAPII</b>	Investir em novas Unidades EMBRAPII para instituições de ensino da Rede Federal.
2	<b>Certificado Digital - ICPEdu</b>	Emitir certificados digitais pessoais para alunos, professores e funcionários das IFES.
3	<b>EduPlay</b>	Disponibilizar serviço de conteúdo audiovisual para a educação e pesquisa.
4	<b>Aprimoramento do Painel do Coronavírus</b>	Acompanhar, em tempo real, a retomada presencial das atividades nas IFES.
5	<b>ForPDI</b>	Disponibilizar plataforma em nuvem para sustentar o PEI do MEC e o PDI das IES.
6	<b>ForRisco</b>	Disponibilizar plataforma em nuvem para sustentar a gestão de riscos do MEC e das IES.
7	<b>Programa Universidades para o Mundo</b>	Capacitar IES públicas e privadas em programas que visam cooperação internacional.
8	<b>Programa PEC-G</b>	Lançar 1º versão do sistema informatizado para gestão do PEC-G e do seminário on-line.
9	<b>Sistema On-line SisFundApoio</b>	Disponibilizar novo sistema on-line para gestão do credenciamento das Fundações de Apoio.
10	<b>Diploma Digital</b>	Instituir e implantar, nas IFES, o Validador Nacional do Diploma Digital.

## Ações previstas para o **Segundo** Semestre de 2021

	PROJETO	OBJETIVO
11	<b>BI da Educação Superior</b>	Desenvolver soluções em Big Data Analytics para gestão na Rede Federal de Educação.
12	<b>Reuni Digital</b>	Ampliar o acesso e a permanência dos estudantes na educação superior pública, por meio da EaD - 1º Universidade Federal.
13	<b>Evasão na Educação Superior</b>	Combater a evasão na educação superior de forma preventiva.
14	<b>Indicadores de Custo</b>	Estudar e propor (novos) indicadores de custos nas Universidades Federais.
15	<b>Eficiência do Gasto Público nas Universidades Federais</b>	Promover medidas para implementação da eficiência do gasto no âmbito das IFES.
16	<b>Plano de divulgação para Universidades Federais</b>	Elaborar Plano de divulgação para Universidades Públicas Federais.
17	<b>Painel de Residência Médica</b>	Lançar o Painel de Residência Médica.
18	<b>Nova CAMEM</b>	Elaborar novo instrumento de avaliação das escolas médicas.
19	<b>Acordo SESU e SERES para avaliação de Escolas Médicas</b>	Integrar, a CAMEM ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.
20	<b>Ecossistema de Inovação para Universidades Federais</b>	Fortalecer a eficiência nas Universidades Públicas por meio de rede de inovação.

Secretaria de Educação  
Superior

Ministério da  
Educação

